

**ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZ DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE -----**

Aos dez dias do mês de Julho de dois mil e nove, reuniu pelas vinte e uma horas, no Auditório da Escola Secundária Padre António Macedo, na Cidade de Vila Nova de Santo André, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

**1. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----**

**--- a) Parceria com o Estado – Sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento/Tratamento de efluentes, em alta. -----**

**2. CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO. -----**

**Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros:** Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, José Adelino Cardoso Cintrão, Nuno Alexandre Vilhena Braz, José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Catalino dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

**Não compareceram os membros:** António Gonçalves Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Rui Manuel Madeira dos Santos, Jaime António Pires de Cáceres, Armando Vítor Climas, Joaquim António Gonçalves e Pedro Miguel Pereira Gamito. -----

**Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal,** Vítor Proença, e dos senhores Vereadores Margarida Santos, José Rosado e Álvaro Beijinha. -

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----**

**SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DA SEGUNDA SECRETÁRIA -----**

Verificada a ausência da senhora 2ª Secretária, o senhor Presidente nomeou “ad hoc” a senhora Maria Olímpia Silva para a substituir. -----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----**

O senhor Presidente colocou para apreciação da Assembleia o pedido de suspensão apresentado pelo senhor António Gonçalves Pereira, ao qual não foram levantadas objecções. -----

O senhor Presidente procedeu, de imediato, à sua substituição pelo membro da mesma lista convocado para o efeito, senhor Alexandre Barradas. -----

O Senhor Presidente informou ainda que o senhor Rui Madeira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade e o senhor Jaime Pires de Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, seriam representados na reunião, pelos seus substitutos legais, senhora Mónica Aguiar e senhora Ângela Matias, respectivamente.---

## **1. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

### **---a) Parceria com o Estado – Sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento/Tratamento de efluentes, em alta.**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: UM:** Submeter a apreciação da Assembleia Municipal a constituição de Pareceria entre o Município de Santiago do Cacém (conjuntamente com outros municípios e sob a forma de Associação) e o Estado, com o objectivo da criação de um novo modelo de gestão de sistemas de abastecimento de água e de saneamento/tratamento de efluentes, em alta.-----

**DOIS:** Aprovação do contrato de parceria referido no ponto anterior e respectivos anexos que dele fazem parte integrante. \*-----

**FUNDAMENTOS DE FACTO: UM:** A necessidade de resolução eficaz dos problemas de infra-estruturação e prestação de serviços de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais.-----

**DOIS:** As conversações realizadas por um conjunto alargado de municípios do Alentejo, através dos respectivos presidentes de câmara, designadamente, os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago de Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira e Vila Viçosa, com a AdP-Águas de Portugal, no sentido de operacionalizar um novo modelo de gestão de sistemas de abastecimento de água e de saneamento/tratamento de efluentes, em alta, mediante a criação de uma parceria pública.-----

**TRÊS:** Constituir condição para a submissão da candidatura a Fundos Comunitários/QREN, para a execução das infra-estruturas do novo modelo de gestão de sistemas de abastecimento de água e de saneamento/tratamento de efluentes, em alta, a celebração do contrato de parceria.-----

**FUNDAMENTOS DE DIREITO:** O disposto no Decreto-Lei nº 90/2009, de 9 de Abril; no artigo 54.º da Lei 2/2007, o disposto no artigo 53.º n.º 2 alínea m), e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/1999, de alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

Documentos que serão dados como reproduzidos na acta, com o número vinte, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por lamentar que sobre um assunto tão importante os membros da Assembleia Municipal sejam chamados, não para discutir, mas para aprovar aquela pareceria com o Estado, no limite do prazo.-----

Acrescentou que nos dois últimos anos foram chamados várias vezes para discutir algumas soluções, mas não aquela agora apresentada e num tempo tão apertado para a sua discussão e aprovação.-----

Mais referiu que um projecto daquele tipo poderá até ter valências positivas, com a integração de todos os Municípios do Litoral e a possibilidade de candidatura ao Fundo de Coesão (70%), e poderá ser uma oportunidade interessante de gestão da água e dos resíduos, ao contrário de outras soluções abordadas. Contudo, acrescentou que aquele processo introduz o modelo do negócio com as Águas de Portugal, ajudando a mesma na capitalização bolsista, dado que a preocupação daquela empresa é sobretudo o negócio, pelo que, irá aplicar tarifas com vista à recuperação do capital investido, fazendo com que o abastecimento de água deixe de ser um serviço público, porque ficará contaminado pelo factor negócio. -----

Questionou ainda sobre a forma como a empresa Águas de Santo André iria ser integrada no processo, como seriam abordadas as tarifas sociais, ou seja, se as mesmas iriam implicar a retribuição à entidade gestora, e se seriam previstos dividendos nos cálculos tarifários. -----

Referiu ainda que o conteúdo da cláusula 18ª (Desvios tarifários) lhe suscitava algumas preocupações, nomeadamente o nº 6, pelo facto de não garantir que na transmissão de acções o capital não possa vir a ser cedido a entidades não públicas. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que se associava às preocupações relativas à falta de tempo para uma discussão com maior profundidade da matéria em causa. -----

Saudou em seguida os Municípios intervenientes no processo pelo facto de terem sabido colocar à frente o essencial e não o acessório, viabilizando aquela parceria pública. -----

Acrescentou que lhe pareceu bem construído o projecto para gestão da água em alta, referindo que o mesmo será complementado com a gestão da água em baixa que é feita pelos municípios. -----

Questionou ainda sobre o montante que o Município terá de realizar até 2011, relativo à subscrição, chamando a atenção de que a obrigação de compra poderá vir a onerar os municípios. -----

O senhor Alberto de Brito questionou, se depois de concretizada a pareceria, a manutenção da rede em baixa continuaria a ser da responsabilidade dos municípios. -----

O senhor Alexandre Rosa referiu que se congratulava pelos resultados do processo em causa, apesar de demorado, no qual foi possível chegar a um acordo entre as Câmaras Municipais, onde estão representadas várias sensibilidades políticas, para uma solução que lhe parecia equilibrada. -----

Mais referiu que não existirá alternativa para a gestão da água em alta, sem ser em parceria, acrescentando que a Águas de Portugal é uma empresa pública, e que, desta forma, poderá ser resolvido o problema do investimento que é necessário fazer. -----

Interveio o senhor José Catalino, começando por esclarecer que o Município não era o último a aderir ao sistema em causa, pelo contrário, era o primeiro, porque o sistema que existia era um sistema multimunicipal, diferente daquele que estava a ser proposto, acrescentando que são quatro as questões fundamentais que os diferenciava, e que salvaguardavam o direito público à água, designadamente: -----

1ª - O sistema multimunicipal previa a transferência de competências para o Estado, enquanto o sistema em apreço, delega competências, as quais, a qualquer momento, poderão ser avocadas. -----

2ª - No caso da privatização da empresa Águas de Portugal, os municípios têm a garantia de 2%, os quais irão perfazer os 51% do capital. -----

3ª - Os principais instrumentos de gestão serão aprovados, no mínimo, por uma maioria de 2/3. -----

4ª - Os preços ao consumidor ficarão salvaguardados, dado que a gestão da água, do reservatório às torneiras continuará a ser da competência dos municípios. -----

O senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual esclareceu que o documento não estava a ser discutido no último dia do prazo estabelecido para o efeito. -----

Mais esclareceu que qualquer sistema tem que ter fundamentação e viabilidade económica/financeira, acrescentando que naquela pareceria não entrava o factor negócio, como poderá existir em alguns municípios, e que nas negociações os municípios parceiros fizeram vingar princípios, dos quais nunca abdicaram. -----

Informou ainda que o capital poderá ser subscrito em espécie. -----

Esclareceu também que o sistema de abastecimento de água de Santo André não estava incluído na pareceria em apreço. -----

Esclareceu ainda que a manutenção da rede em baixa continuará a ser da responsabilidade dos municípios. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo catorze dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Alexandre Barradas, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, José Joaquim Catalino dos Santos, Mónica Aguiar, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias e Fernando Gonçalves dos Santos, oito dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e dois dos eleitos do PSD, senhores Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela. -----

Uma abstenção do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO:** Pelo senhor Francisco Roque foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Reconheço a virtualidade de um projecto que integre estruturas e equipamentos de um conjunto importante de municípios, até porque considero que seria difícil ao Município de Santiago do Cacém excluir-se do sistema e não fazer parte desta parceria, assim como vejo com muita dificuldade que Sines não entre na mesma. No entanto, não deixo de verificar que este contrato de pareceria tem algumas situações que não me tranquilizam, no sentido de garantir, em absoluto, o serviço público e de excluir a possibilidade de valorização desta parceria de um potencial negócio para as Águas de Portugal.” -----

Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Votei favoravelmente, porque entendo que esta é uma solução que permite ultrapassar visões distintas de modelos possíveis para a gestão do sistema de abastecimento de água em alta e do saneamento. Todavia, penso que seria mais avisado que esta Assembleia Municipal ao pronunciar-se sobre este processo tivesse conhecimento do montante que a meio do próximo mandato o Município será chamado a realizar. -----  
Esta declaração foi subscrita por todos os eleitos do Grupo Municipal do PS.” -----

**A partir deste momento, era vinte e uma horas e dez minutos, verificou-se a presença da 2ª Secretária, senhora Margarida Pereira.**-----

## **2. CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO**-----

O senhor Presidente começou por saudar e agradecer às entidades e pessoas singulares presentes, as quais, daquela forma, responderam ao convite que lhes foi feito pela Assembleia Municipal, para participarem na discussão daquele assunto. -----

O senhor Presidente concedeu em seguida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para que se pronunciasse sobre a situação dos Cuidados de Saúde no Município.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que não dispunha de todos os elementos para uma avaliação completa da situação. Contudo, acrescentou que gostaria de desmistificar um dado que veio recentemente a público através da Comunicação Social, a qual referiu um número elevadíssimo, de cerca de meia centena de suicídios nos últimos meses, esclarecendo que o mesmo não corresponderia somente ao Município, mas a todo o Litoral Alentejano, e que a atribuição daquele número de suicídios a Santiago do Cacém resultaria do facto dos Serviços de Medicina Legal estarem sediados no Município.-----

Sobre as questões da Saúde no Município, referiu que o que a Câmara Municipal pretendia é que existissem as condições que permitissem uma maior longevidade, com o aumento dos níveis dos cuidados de saúde e a melhoria das respostas no referente ao regime alimentar, às questões económicas das famílias, à educação para a saúde e às actividades motoras, e melhores cuidados primários e hospitalares. Acrescentou que os problemas que se vivem no Município nesta matéria não são exclusivos de Santiago do Cacém, porque eles existem em todo o País, e que os mesmos resultam nomeadamente, da desorçamentação do Serviço Nacional de Saúde, da precarização do trabalho no sector, do não aproveitamento dos recursos do SNS, de questões gritantes entre o público e o privado, de medidas erradas que foram adoptadas pelos vários governos que limitaram o acesso ao curso de medicina. Acrescentou que a distribuição dos médicos pelo País também era desfavorável para os municípios distantes dos grandes centros, assim como o rácio negativo dos médicos afectos aos cuidados primários de saúde, bem como o número de enfermeiros por habitante no País, o qual é o mais baixo da União Europeia. -----

Relativamente aos cuidados hospitalares, considerou que o Município e o Litoral Alentejano ficaram a ganhar com o novo Hospital, pelo qual as populações lutaram mais de uma dezena de anos. Acrescentou que houve um aumento das valências e da qualificação técnica e humana, embora existam ainda questões importantes por resolver, entre as quais, a falta de transporte público para aceder àquele equipamento, obrigando pessoas doentes e idosas a percorrer distâncias impróprias para o estado dos mesmos.

Mais considerou que o maior problema tem a ver com a falta de respostas ao nível dos Cuidados Primários de Saúde, nomeadamente a falta de médicos para cobertura de todas as freguesias, a falta de pessoal de enfermagem e a situação precária destes profissionais, o que levou a que a Câmara Municipal intercedesse junto do Senhor Secretário de Estado da Saúde, para renovação dos seus contratos. -----

Interveio o senhor José Catalino referindo que era insustentável a situação dos Cuidados Primários de Saúde na Freguesia de Abela, onde residem mil idosos, com reformas baixas, dificuldades de mobilidade e onde o transporte público é escasso, dado que só dispõe de um médico, duas manhãs durante a semana, às 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras, de um enfermeiro, oito horas por semana, e de uma funcionária administrativa que dá também apoio noutra localidade, pelo que, na maior parte do tempo, a extensão de Saúde está encerrada.-----

Mais referiu que seria necessário que a Administração Central assumisse as suas responsabilidades nesta matéria, acrescentando que não se podia continuar a sacrificar o interior do País. Acrescentou que a seguir ao 25 de Abril de 1974, com o serviço médico à periferia, ao qual não foi dada continuidade, ainda foi possível às populações usufruírem de alguns cuidados permanentes de saúde. -----

O senhor Fernando Gonçalves manifestou preocupação pela situação na Freguesia de Vale de Água, cuja população não dispõe de médicos nem de serviços de enfermagem, pelo que, para obterem cuidados de saúde as pessoas têm que se deslocar à Sede do Município ou a S. Domingos, onde nem sempre conseguem consulta, dispondo as mesmas somente de um autocarro, de manhã, com regresso à noite, o que faz com que muitas vezes tenham que recorrer ao serviço de táxi, o qual é muito dispendioso para a maioria das pessoas com fracos recursos. -----

Acrescentou que a falta de cuidados de saúde de proximidade e a falta de equipamentos de ensino, leva ao abandono das povoações do interior, e à conseqüente desertificação.

Mostrou também preocupação sobre a precariedade no trabalho que atinge os profissionais do sector da Saúde. -----

O senhor Hélder Nunes referiu que também era preocupante a situação dos mais de quinhentos habitantes da Freguesia de Santa Cruz, a maioria idosos e com reformas baixas, os quais não dispõe, desde 1993, ano em que a extensão de Saúde foi encerrada, de cuidados médicos regulares, chegando a esperar dois meses por uma consulta no Centro de Saúde de Santiago do Cacém. -----

Acrescentou que a Freguesia tem um Centro de Dia activo, onde poderiam ser prestados cuidados médicos e de enfermagem à população. -----

Referiu também que não existe transporte público directo daquela Freguesia para o Hospital do Litoral Alentejano e que os utentes não têm dinheiro para pagar o serviço de táxi. -----

Questionou ainda sobre qual a razão que leva a que a empresa de transportes rodoviários deixe os doentes junto da portaria do Hospital, quando os deveria deixar junto da entrada das consultas externas. -----

Mais referiu não compreender a razão da não colocação de enfermeiros nos hospitais e centros de saúde quando existem mais de três mil profissionais sem emprego. -----

Referiu ainda que existem problemas no Hospital do Litoral Alentejano, o qual, embora dotado do equipamento necessário, não tem pessoal suficiente para operar com o mesmo. Acrescentou que nas urgências o tempo de espera é muito longo, e que dificilmente se consegue o atendimento por um médico pediatra, o que obriga os utentes a recorrerem aos privados. -----

Recordou que o artigo 64º da Constituição da República Portuguesa consagra o direito à Saúde a todos os cidadãos: “a) *Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;*” -----

Interveio a senhora Mónica Aguiar, referindo que a população da Freguesia de Alvalade que compreende dois mil e duzentos habitantes, na sua maioria idosos, necessita de cuidados de saúde todos os dias. Acrescentou que até há pouco tempo dispunha do serviço de um médico e de um enfermeiro, este com um contrato precário, que acabou por não ser renovado, apesar das manifestações das pessoas e da intervenção das autarquias nesse sentido, pelo que, aquele profissional e a sua esposa, enfermeira em Ermidas, acabaram por concorrer para um Município vizinho, onde foram colocados, ficando aquelas duas freguesias sem os cuidados diários de enfermagem. Acrescentou que, actualmente, se desloca uma enfermeira, três vezes por semana, àquela freguesia, o que é manifestamente insuficiente, e cujo contrato termina no fim do mês em curso. -----

O senhor Alberto de Brito referiu que a situação da freguesia de Ermidas era idêntica à de Alvalade, dispondo actualmente dos serviços de uma médica e de uma enfermeira. Acrescentou que a enfermeira que tinha sido colocada noutra Município trabalhou durante alguns anos naquela freguesia, no regime de contratação precária, lamentando

que não lhe tenha sido feito um contrato sem termo, para que a mesma ali pudesse continuar.-----

## **AVALIAÇÃO DOS CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO**-----

Pelo senhor Vítor Paulo Barata, coordenador da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, foi apresentado o seguinte relatório sobre a matéria em apreço:-----

“Dois anos passados sobre o encerramento do SADU e cinco sobre a inauguração do HLA e após a recente mudança da nossa região para a ARS do Alentejo, na opinião da Comissão constituída nesta Assembleia para a avaliação dos Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém a situação é a seguinte:-----

### **Ao nível dos cuidados primários:**-----

- 1) 12 500 Utentes sem médico de família.-----
- 2) Centro de Saúde de Santiago do Cacém: 8 Médicos que também dão consultas nas extensões; enfermeiros 7 a tempo inteiro.-----
- 3) Extensão de Abela: 1 Médico dois meio-dias por semana; 1 enfermeiro 4 horas por semana.-----
- 4) Extensão de Alvalade: 1 Médico a tempo inteiro; 1 enfermeiro a tempo inteiro.-----
- 5) Extensão de Ermidas: 1 Médico a tempo inteiro; 1 enfermeiro a tempo inteiro.-----
- 6) Extensão de S. Domingos: 1 Médico 3 ou 4 dias por semana; 1 enfermeiro 3 dias por semana.-----
- 7) Extensão de S. Francisco: 1 Médico meio-dia por semana; não tem enfermeiro.-----
- 8) Extensão de S. Bartolomeu: 1 Médico meio-dia por semana; não tem enfermeiro.-----
- 9) Extensão do Cercal: 1 Médico a tempo inteiro; 2 enfermeiros a tempo inteiro.-----
- 10) Extensão de Vila Nova de Santo André: 5 Médicos a tempo inteiro; 6 enfermeiros tempo inteiro.-----
- 11) Extensão do Deixa-o-Resto: 1 Médico meio-dia duas vezes por semana; 1 enfermeiro meio-dia duas vezes por semana.-----
- 12) Centro de Saúde de Santiago do Cacém: 8 médicos que também dão consultas nas extensões; 7 enfermeiros a tempo inteiro.-----
- 13) Extensão de Santa Cruz: Não funciona.-----
- 14) Extensão de Vale de Água: Não existe.-----
- 15) O prolongamento de horário para cuidados de enfermagem no Centro de Saúde de Santiago do Cacém e extensão de Vila Nova de Santo André ainda não foram implementados.-----

### **Conclusão:**-----

Houve uma melhoria na prestação dos cuidados primários de saúde, relativamente à avaliação que foi feita por esta comissão e apresentada em 28 de Setembro de 2007, sendo, no entanto,-----

Insuficiente face às necessidades. Só três exemplos: A marcação de consultas tem um período médio de espera de dois meses. Na maior parte dos casos os utentes têm que aguardar horas à porta das extensões de saúde para marcação de consulta, sem garantia de sucesso. Há cerca de 12 500 utentes sem médico de família.-----

Avizinham-se maiores dificuldades visto que sete enfermeiros e dois técnicos terminam os seus contratos a 31 do corrente mês.-----

### **Ao nível dos cuidados hospitalares:**-----

- 1) A maternidade continua por construir.-----
- 2) Há algumas deficiências nas consultas de algumas especialidades, nomeadamente: Oftalmologia, Anestesia e Pneumologia.-----

3) As urgências tanto do ponto de vista das instalações como do pessoal médico e de enfermagem são, em largos períodos, insuficientes. -----

**Conclusão:**-----

Houve uma melhoria dos cuidados prestados desde o último relatório desta comissão (28 Setembro 2007), continuando as urgências e SO a prestar um serviço insuficiente, não sendo pior graças ao extremo empenho e competência dos profissionais de saúde. -- Por tudo isto, esta comissão entendeu formular algumas questões às entidades competentes: -----

1- Apesar da evidente libertação dos médicos que prestavam serviço no SADU de Santiago do Cacém, proporcionando a estes profissionais de saúde maior disponibilidade para atender os seus doentes sobretudo nas extensões de saúde, o fim da possibilidade de recurso a horas extraordinárias e conseqüente diminuição das horas de consulta, terá ou não degradado o atendimento de saúde primária na sede do município e terá ou não contribuído para aumentar a afluência à urgência do HLA, principalmente em períodos de surtos de doenças epidemiológicas? -----

2- A constituição de agrupamentos dos centros de saúde pode originar uma maior concentração de recursos técnicos e, sobretudo, humanos nos centros urbanos, criando assim menores condições para um atendimento de proximidade? -----

Quais os benefícios desta solução num município como o de Santiago do Cacém que possui uma imensa área territorial e cujos únicos centros urbanos de alguma dimensão estão localizados na parte litoral do concelho. -----

3- Como pode a actual prática de contratação de técnicos de saúde proporcionar uma continuada e equilibrada prestação de serviços de saúde aos municípios? -----

Continuará a vigorar a situação de caducidade de contratos e de precariedade nas relações de trabalho, com a conseqüente partida de técnicos qualificados e queridos das comunidades (como os casos dos enfermeiros de Ermidas e Alvalade)? -----

Para quando a aprovação do quadro de pessoal do HLA e quais os incentivos possíveis para permitir a atracção de técnicos de saúde?-----

4-Quando será efectuado o reforço da oferta de cuidados primários de saúde, especialmente através do alargamento dos horários de funcionamento do Centro de Saúde e extensão de Vila Nova de Santo André? -----

Quando se iniciará a oferta de serviços de enfermagem em horário alargado nos equipamentos supracitados, sobretudo durante o fim-de-semana, evitando o recurso às urgências do HLA e seu conseqüente entupimento, despesas adicionais para os utentes em deslocações e taxas moderadoras? -----

Quando existirão consultas de saúde familiar nas freguesias de Vale de Água e Santa Cruz? -----

5-Quais as respostas planeadas e investimentos previstos para contornar os constrangimentos físicos das urgências do HLA? -----

6-Qual a justificação para não existirem consultas e espaços de espera específicos para a especialidade de obstetrícia, de forma a diminuir o risco de contágio? -----

7-Existe previsão para a criação de uma sala de partos devidamente apetrechada para proporcionar as melhores condições para a realização de partos em situação de desaconselhada deslocação para a maternidade de Setúbal?-----

8 Está prevista ou existe a preocupação de melhorar a forma como são realizadas as análises de Imagiologia na região de Lisboa, para que se evitem perdas de tempo em esperas inúteis.-----

8-Qual a incidência de tuberculose no município de Santiago do Cacém ? -----



Existem ou estão previstos processos de rastreio, bem como de estudos que avaliem a probabilidade de ocorrência de novos casos e que apontem as respostas a dar pelas instituições públicas para prevenir o surgimento de novos casos?-----

9- Quais as respostas que poderão ser dadas pelas unidades e técnicos de saúde no caso de uma pandemia como a gripe A?-----

O senhor Presidente concedeu a palavra aos convidados presentes.-----

Interveio o Dr. Paulo Espiga, Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral, o qual começou por agradecer o convite que lhes foi endereçado, para a troca de impressões sobre os Cuidados de Saúde no Município, passando em seguida à apresentação dos convidados que o acompanhavam: Dr. Rui Calado, Coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Santiago do Cacém, Dr. Mário Moreira, Director Clínico do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Litoral, Enfermeira Ana Palmeirinho, Enfermeira Directora do Agrupamento. -----

Estiveram também presentes a Dra. Adelaide Belo, Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Litoral Alentejano, e o Dr. Dr. Joaquim Toro, Delegado de Saúde do Município. -----

O Dr. Paulo Espiga referiu em seguida que as preocupações colocadas pelos intervenientes sobre a matéria em apreço eram também as suas preocupações e as dos outros responsáveis na área da saúde, acrescentando que a ansiedade das populações se reflecte nos serviços de saúde. -----

Relativamente à precariedade do trabalho no sector da saúde, referiu que não a defendem e gostariam que não existisse. -----

Informou que o Centro de Saúde de Santiago do Cacém foi reforçado com cinco novos enfermeiros. -----

Mais referiu que os médicos de família não são suficientes, com uma taxa de cobertura de 30% dos utentes do Alentejo Litoral e de 40% no Município de Santiago do Cacém, pelo que, as dificuldades se prendem com a necessidade de garantir a assistência aos utentes que não têm médico de família, acrescentando que seriam necessários mais seis médicos e que estão a envidar esforços no sentido de reforçar o Centro de Saúde com mais profissionais. -----

Informou também que a criação dos ACEs – Agrupamentos de Centros de Saúde, iria aumentar a capacidade de decisão dos profissionais a nível local, permitindo fazer alguma intervenção que antes não seria possível. -----

Sobre a questão dos cuidados de enfermagem, nos fins-de-semana, informou que será possível concretizar. -----

Informou ainda que estão a ser estudadas alternativas ao sistema de marcação de consultas, de forma a agilizar o processo. -----

Em relação aos transportes, referiu que se trata de uma situação que muito os preocupa, e que estão a estudar com os municípios a melhor forma para resolver o problema. -----

O senhor Presidente concedeu em seguida a palavra à Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Litoral Alentejano, Dra. Adelaide Belo, a qual começou por referir que os profissionais daquele Hospital estavam orgulhosos do trabalho que têm desenvolvido desde a entrada em funcionamento do mesmo, há cinco anos, acrescentando que se trata de um Hospital médico-cirúrgico com provas dadas a nível Nacional. -----

Informou que a Maternidade não fazia parte do plano funcional daquele Hospital. -----

Informou ainda que há consultas de Obstetrícia e de Ginecologia no Hospital, para todas as grávidas de risco, as quais são enviadas pelos médicos de família e também por

médicos do sector privado. Acrescentou que também são feitos exames, excepto ecografias morfológicas, as quais são feitas nos centros de referência, em Beja ou Évora. Mais informou que, há relativamente pouco tempo, começou a haver consultas de Oftalmologia, dispondo aquele Hospital de uma equipa de profissionais de saúde para aquela valência, apesar das dificuldades na contratação de médicos daquela e de outras especialidades, acrescentando que já foram feitas intervenções a vinte e seis doentes com cataratas e que as consultas estão a aumentar. -----

Acrescentou que o Programa Nacional de Consultas de Oftalmologia prevê que, se ao fim de quatro meses de espera os doentes não tiverem consulta receberão um vale, para procurarem outro local para serem consultados, não estando aquele Hospital interessado na saída dos doentes, pelo que, diligenciou no sentido de reforçar o serviço com mais um médico, o que acabou de concretizar. -----

No referente à Pediatria, informou que o Hospital dispõe somente de um Pediatra residente, não sendo possível cobrir todos os dias da semana, acrescentando que têm sido feitas diligências no sentido de contratar mais pediatras, mas sem sucesso, dado que os médicos daquela e de outras especialidades não querem ser funcionários públicos.

Mais informou que o Hospital dispõe de uma ferramenta informática que permite acompanhar todo o processo (os tempos de resposta) desde o pedido de consulta feito pelo médico do Centro de Saúde até à sua concretização. -----

Referiu ainda que existe um indicador de qualidade que resulta do facto de se atingir um número superior de consultas relativamente ao número de atendimentos nas urgências, o qual, pela primeira vez, foi conseguido naquele Hospital. -----

Informou também que o Hospital dispõe de um Pneumologista com ligação aos centros de saúde com os quais reúne quase todas as semanas. -----

Relativamente ao Serviço de Urgências, referiu que o mesmo é procurado por muitas pessoas, porque o sistema não lhes dá resposta. -----

Acrescentou que aquele Serviço dispõe de uma via verde para doenças cardiovasculares. Mais informou que a parte estrutural do Serviço de Urgências se mostrou desadequada às necessidades, tendo o Hospital já candidatado ao QREN um projecto para a sua ampliação e reorganização dos circuitos internos, contando que o mesmo seja aprovado, e que as obras tenham início no princípio de dois mil e dez. -----

Concluiu, referindo saber que nem tudo está bem, mas que pretendem melhorar, acrescentando que apesar de todas as dificuldades, num estudo recente da Universidade Nova de Lisboa sobre o sistema da qualidade e da satisfação dos utentes, o Hospital do Litoral Alentejano ficou classificado em 3º lugar, do Agrupamento 4º, do qual faz parte, sendo também dos cinco hospitais do Alentejo o melhor colocado em todas as áreas, o que representa um esforço muito grande dos profissionais que ali trabalham, tendo em conta que aquele Hospital tem somente cinco anos. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Clínico do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Litoral, Dr. Mário Moreira, o qual referiu que todos os problemas que foram levantados são por eles sentidos na pele, dada a sua condição de médicos, acrescentando que a maior dificuldade se prendia com a falta de pessoal, havendo também dificuldade no recrutamento de profissionais e em manter os existentes, porque optam por quem lhes oferece melhores condições. -----

Acrescentou partilhar de todas as preocupações expostas e considerou que algumas situações poderão ser melhoradas, o que terá de ser feito de forma transversal, nomeadamente o tempo de espera por consultas, a falta de transporte, o alargamento do horário do Centro de Saúde de Santiago do Cacém, há muito tempo pensado pelo Dr.

Rui Calado, e que será concretizado logo que seja possível, assim como a prestação de cuidados de enfermagem nos fins de semana. -----

Relativamente à questão da Tuberculose, referiu que a situação em Santiago do Cacém, era idêntica à do resto do País. -----

Sobre a pandemia da gripe A, informou que estavam a ser ultimados alguns planos de contingência, para cuja concretização iria ser necessária a colaboração de todos. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Delegado de Saúde do Município, Dr. Joaquim Toro, o qual começou por informar que os problemas nas escolas no referente ao parque escolar e cantinas estão colmatados na sua maioria. Os aquíferos estão sobre controlo, os valores dos hidrocarbonetos estão abaixo dos limites estabelecidos. No sistema municipal de abastecimento de água existem alguns materiais elevados, como sucede na Aldeia dos Chão, onde alguns compostos são elevados, situação que referiu não ser grave, e que a Câmara Municipal estava a procurar alternativas ao abastecimento, enquanto o Laboratório Municipal procura melhorar a qualidade da água.

Sobre o saneamento básico, referiu o problema da ETAR de Santiago do Cacém, cuja resolução está dependente da construção do emissário para a Ribeira dos Moinhos. -----

Mais referiu que um problema ambiental que o preocupava tem a ver com a possibilidade do lençol freático vir a ser contaminado pelas lamas oleosas depositadas no Aterro de Maria da Moita. -----

Acrescentou que outro problema ambiental recorrente tem a ver com as suiniculturas, o qual se agrava com as chuvas. -----

Relativamente à tuberculose, informou que foram feitos rastreios nas escolas e empresas e que são poucos os casos clínicos que se têm verificado nos últimos anos. -----

Sobre o número de suicídios que foi noticiado pelos órgãos de informação, referiu que não podia confirmar se foram exactamente quarenta e oito no Litoral Alentejano, mas que poderá ser um número próximo daquele. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Santiago do Cacém, Dr. Rui Calado, o qual começou por referir que será necessário entender a situação de crise que se vive como uma oportunidade para melhorar algumas situações. -----

Acrescentou que o Centro de Saúde atravessa uma fase de adaptação a uma nova realidade resultante da criação do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Litoral e a passagem para a Administração Regional de Saúde do Alentejo. -----

Mais referiu que não estava em causa a justeza da reivindicação a um melhor acesso aos serviços públicos, o que é um direito de qualquer cidadão. -----

Acrescentou que o problema das acessibilidades/transporte não é somente da responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde e que o mesmo se coloca também no acesso a outros serviços públicos, sobretudo num Município com a dimensão de Santiago do Cacém, com trinta e dois mil habitantes dispersos por onze freguesias, e com um rácio de um médico por dois mil habitantes. -----

Mais referiu que deveria também ser tida em conta a qualidade dos serviços que se prestam, o que exige a deslocação de um médico, um enfermeiro e um funcionário e a necessária existência de uma sala de tratamentos equipada, o que é incomportável em termos económico/financeiros. -----

Referiu ainda que o Centro de Saúde de Santiago do Cacém dispõe, actualmente, de seis jovens enfermeiros contratados, esperando que os mesmos se mantenham no futuro. ----

Acrescentou que o Centro de Saúde aposta na formação de médicos de família, de saúde pública e de medicina familiar, estando aberto para receber estudantes de enfermagem e de medicina.-----

Sobre a questão da Tuberculose, referiu existir uma excelente articulação com um colega de Pneumologia do Hospital do Litoral Alentejano, acrescentando que todos os doentes têm que fazer tratamento presencial, e que se sente mais tranquilo por terem sido diagnosticados oito casos do que se não tivesse sido diagnosticado nenhum, porque na realidade eles existem, facto que também reflecte um maior empenho dos técnicos de saúde. -----

Referiu ainda o recurso existente para tratamento das dependências, o CAT, o qual foi criado há cerca de dez anos, onde muitos utentes são acompanhados por profissionais que têm prestado um bom serviço, pelo que, o problema da toxicod dependência no concelho estará controlado.-----

Relativamente ao tempo de espera para consultas, informou que o Centro de Saúde dispõe de um sistema informatizado de marcação das mesmas, com o qual se pretende resolver os problemas burocráticos inerentes, ao mesmo tempo que se pretende facilitar aos doentes o acesso à medicação. Acrescentou que 70% dos utentes têm consultas agendadas, não existindo lista de espera, e que 30% têm que aguardar para o próximo dia, porque o número de médicos não é suficiente e há muitos utentes sem médico de família.-----

Concluiu, referindo que pretendem resolver algumas das questões colocadas e melhorar a situação actual. -----

O senhor Presidente considerou justa a reivindicação do Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água, tendo em conta a falta de transporte e a distância a percorrer. -----

O senhor Presidente concedeu em seguida a palavra ao público presente. -----

Interveio a senhora Sílvia Joaquim, começando por referir que no âmbito da discussão do assunto em apreço foram dados contributos importantes e esclarecedores sobre alguns aspectos positivos relativos a medidas que foram tomadas.-----

Questionou em seguida sobre a razão que leva a que só as grávidas de risco tenham acompanhamento no HLA, e sobre a questão dos exames. -----

Interveio a seguir a senhora Florbela Raposo, questionando sobre o facto das crianças atendidas nas urgências pediátricas do HLA terem que passar pela sala aberta das urgências gerais para fazerem exames, e também a razão porque não existe internamento pediátrico no Hospital. -----

Interveio o senhor Dinis Silva, da Comissão de Utentes de Santiago do Cacém, começando por referir que no ano em curso se comemorava o trigésimo segundo aniversário do Serviço Nacional de Saúde e que os Cuidados de Saúde Primários são o alicerce de qualquer sistema de saúde moderno. Contudo, acrescentou que o Governo aposta tudo no sistema hospitalar/curativo, porque é o que dá dinheiro, e despende verbas elevadas para os laboratórios e para a indústria farmacêutica ao mesmo tempo que desperdiça estudos que apontam para a redução de custos.-----

Mais referiu que há dois médicos no Centro de Saúde de Santiago do Cacém que estão em risco de ser despedidos, bem como sete enfermeiros do Hospital e mais trezentos profissionais do mesmo que também não sabem qual vai ser o seu futuro. -----

Sobre os cuidados de enfermagem aos fins-de-semana e feriados, referiu que se tratava de uma promessa feita em dois mil e sete, a qual até agora não se concretizou.-----

Acrescentou que as obras nas urgências foram prometidas em dois mil e oito, e que também foi prometida a comparticipação nos custos das próteses oculares e dentárias,

bem como a vinda de uma viatura médica de emergência e reanimação, VMER. Promessas que também ainda não foram concretizadas. -----  
Referiu ainda que o encerramento do SADU fez aumentar em 23% a procura das urgências do HLA. -----  
Mais referiu que o actual Governo criou as taxas de internamento e de cirurgia que contrariam os princípios constitucionais, tornando o Sistema Nacional de Saúde tendencialmente mais caro. -----  
Concluiu, referindo que existe a tentativa de passagem do HLA para EPE – Entidade Pública Empresarial, com o qual os utentes discordam. -----  
O senhor Francisco Roque referiu ter integrado, em representação do BE, a Comissão de Saúde que produziu o relatório apresentado, reconhecendo que, desde há dois anos, houveram melhorias, embora existam ainda muitos problemas por resolver, nomeadamente no referente ao serviço de Oftalmologia e de Obstetrícia, como já foi indicado, questionando também o facto do Serviço de Obstetrícia não estar separado, funcionando no mesmo espaço as esperas para outras consultas. -----  
Interveio novamente o senhor Arnaldo Frade, começando por saudar os convidados presentes, agradecendo também as contribuições que deram às preocupações colocadas. Questionou, se o estatuto jurídico do HLA iria ser alterado, passando a EPE, e para quando a sua concretização. -----  
O senhor Jorge Pinela referiu que gostaria de ser esclarecido sobre os ganhos que resultaram para os Cuidados Primários de Saúde do encerramento do SADU e as perdas inerentes com a maior procura do Serviço de Urgências do HLA. -----  
Mais referiu que o Centro de Saúde de Santiago do Cacém não dispõe de condições para prestar cuidados de saúde. -----  
Referiu ainda que a extensão de Saúde de S. Francisco da Serra não tinha condições para prestar cuidados de saúde, pelo que, a Junta de Freguesia se disponibilizou para realizar as obras necessárias, mas os responsáveis por aquele equipamento de saúde nunca indicaram o que era preciso fazer. -----  
O senhor José Sucena referiu admirar e ter em grande consideração os médicos que trabalham no actual sistema de saúde, porque se desdobram para responder às muitas solicitações, acrescentando que não era para si clara a afirmação de que “os médicos não querem ser funcionários públicos”. -----  
Saudou em seguida a senhora Administradora do Hospital pela forma determinada como falou, referindo entender a forma, quase ríspida, como reagiu ao relatório apresentado pela Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, dadas as dificuldades inerentes à gestão daquele equipamento. Contudo, acrescentou que o objectivo dos membros da Assembleia é a procura de soluções para ajudar a melhorar a situação, para benefício de todos. -----  
O senhor Carlos Pereira Dias referiu a sua impressão positiva sobre as informações que foram prestadas pelos convidados. -----  
Mais referiu não se saber movimentar no HLA, sobretudo no Serviço de Urgências, porque a organização daquele serviço o deixa algo confuso. -----  
Referiu ainda que era suposto que se verificasse uma diminuição da burocracia com a introdução da informática, o que parece não estar a acontecer. -----  
Mais referiu que a colocação dos médicos passa pela socialização da classe, para que os mesmos não continuem a optar só pelos locais onde têm mais condições, mas também por aqueles onde fazem mais falta. -----

O senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Dra. Adelaide Belo, a qual começou por referir que as vagas que abriram no Hospital não foram ocupadas, porque os médicos preferem outra forma de relação contratual. -----  
Esclareceu ainda que no Hospital não são atendidas só as grávidas de alto risco, mas também aquelas que o médico de família encaminha para o mesmo. -----  
Sobre o circuito que as crianças têm que percorrer para efectuarem exames complementares, considerou que o mesmo é inaceitável, mas não existem alternativas, daí a urgência nas obras que foram candidatas ao QREN. -----  
Informou ainda que a VMER chegará em Setembro/Outubro do ano em curso. -----  
Sobre o estatuto jurídico do Hospital do Litoral Alentejano, informou que o processo de candidatura a EPE está em fase de organização, acrescentando que o novo estatuto do Hospital poderá contribuir para uma relação contratual mais estável com os profissionais de saúde e também para uma melhor gestão daquele equipamento. -----  
Interveio novamente o senhor Dr. Paulo Espiga, esclarecendo que vieram à sessão da Assembleia Municipal com todo o gosto, mas que não eram pagadores de promessas. ---  
O senhor Dr. Mário Moreira esclareceu que competia ao médico de família acompanhar as grávidas, as quais só serão encaminhadas para o Hospital, se o mesmo considerar que é necessário, acrescentando que aquele procedimento se aplica também à Pediatria e a outras valências. -----  
O senhor Dr. Rui Calado esclareceu que os profissionais que prestavam serviço no SADU foram redistribuídos para o atendimento de maior proximidade. -----  
Acrescentou que havia dificuldades no funcionamento daquele serviço, por falta de recursos humanos, e que eram feitas muitas horas extraordinárias nas extensões de Saúde e não havia consultas em Abela nem em Cercal do Alentejo, apenas alguns cuidados de enfermagem, os quais eram insuficientes. -----  
Mais referiu que, actualmente, as salas de tratamento nas extensões de Saúde dispõem de condições para a prestação de cuidados de saúde; todas têm ar condicionado, frigorífico c/UCS e os medicamentos são acondicionados em armários, e são também devidamente desinfectadas. -----  
O senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual saudou a Assembleia Municipal por ter promovido o debate deste assunto, o qual considerou que era da maior relevância para o Município. -----  
Mais referiu que estavam em causa matérias de ordem técnica, já abordadas noutras ocasiões, mas que, os principais responsáveis pelas mesmas não estavam presentes no debate. -----  
Acrescentou que deveria ser feito um esforço colectivo pelas diferentes entidades, as quais teriam que dialogar mais para resolver os problemas que as populações colocam. -  
Referiu ainda que a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu também já se disponibilizou para melhorar as condições na extensão de saúde daquela localidade. -----  
Interveio o senhor Arnaldo Frade, considerando que a sessão foi enriquecida pelo conjunto de intervenções que foram feitas. -----  
Mais referiu que o actual mandato dos órgãos autárquicos está no seu final e que no futuro deverá existir um novo paradigma, no qual todos terão um papel a desempenhar. Acrescentou que uma questão que se coloca para o novo mandato é, se fará ou não sentido o Município equacionar a questão dos transportes. -----  
Questionou ainda se não faria também sentido que o Pelouro da Saúde do Município fizesse mais alguma coisa do ponto de vista preventivo, sem ser reivindicar, e se a Comissão de Utentes deveria só reivindicar ou poderia ter uma acção positiva junto da

comunidade. Acrescentou que havia uma reflexão a fazer sobre o que deverá ser a contribuição de cada um.-----

Questionou ainda se a Assembleia Municipal não deveria ter uma Comissão de Saúde permanente e não somente a Comissão eventual que existiu no actual mandato. -----

Concluiu, referindo que a ideia que pretendia deixar era de que todos deveriam fazer um esforço para melhorar a sua prestação; o Ministério da Saúde, as autarquias e as pessoas, em geral, através das comissões de utentes. -----

#### **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS** -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente propôs o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, conforme o previsto no Regimento. -----

**A proposta foi aprovada, por unanimidade.**-----

#### **SUBSTITUIÇÃO DA 2ª SECRETÁRIA** -----

A partir deste momento, eram zero horas, verificou-se novamente a ausência da senhora 2ª Secretária, senhora Margarida Pereira, pelo que o senhor Presidente nomeou de novo “ad-hoc” a senhora Maria Olímpia Silva, para desempenhar aquelas funções. -----

#### **PROPOSTA DE MOÇÃO**-----

O senhor Presidente passou a palavra ao senhor João Saraiva de Carvalho, o qual, em representação da CDU, apresentou a seguinte intervenção escrita:-----

O senhor Presidente passou a palavra ao senhor João Saraiva de Carvalho, o qual, em representação da CDU, apresentou a seguinte intervenção escrita:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmos. Senhores Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores -----  
Estimados camaradas da CDU -----

Exmos. Colegas das bancadas; Partido “dito“ Socialista em “liberdade”, Partido Social Democrata e Partido Bloco de Esquerda-----

Exmos. Senhores da Comunidade Técnica Científica Médica (médicos, enfermeiros e profissionais afins)-----

Exmo. Público -----

Como é do domínio comum, já vem de longa data a luta desenvolvida pela CDU (coligação democrática unitária) nos órgãos autárquicos do nosso Concelho, por um Serviço Nacional de Saúde de qualidade para todos. -----

Não vamos elaborar o historial, agora, das acções feitas ao longo de algumas dezenas de anos, mas talvez tenha cabimento relembrar algumas passagens, a saber: -----

#### **Na A.M., de 23-Abril-2002**-----

A CDU, levou uma moção à Assembleia para manifestar e questionar publicamente, e às entidades responsáveis do Governo, a sua disponibilidade e interesse do Município em ser parceiro activo na discussão e definição de:-----

1. Modelo de gestão;-----
2. Abertura de Concursos para lugares de Quadro das várias categorias profissionais; ---
3. Abertura da Valência de obstetrícia – “Maternidade”, devidamente dotada de meios técnicos e humanos; -----

Para o novo Hospital Distrital de Santiago do Cacém, para o Litoral Alentejano, <assim era conhecido na época o Hospital>. -----

Enviada para: -----

Senhor 1º Ministro -----

Senhor Ministro da Saúde -----  
Órgãos da Comunicação Social; Nacionais Regionais e Local. -----  
Passaram-se alguns anos e a CDU, continuou a avaliar a evolução do H,L.A. “Hospital do Litoral Alentejano “. -----

**Do nosso ponto de vista, CDU, houve uma evolução geral notável, devendo-se larga parte ao extraordinário profissionalismo de todos os trabalhadores.** -----

**Na A.M., de 23-Fevereiro-2007** -----

Fazendo nesta data da avaliação, com as consequências que advinham com o encerramento do SADU, no Concelho, tirou as seguintes conclusões:-----

. Dado o deficit existente nos médicos de família nos Centros de saúde, seria completamente desajustado o encerramento deste Serviço. -----

. Os Serviços de Urgência e a Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital Regional do Litoral Alentejano, lutam com insuficiência de recursos humanos, situação que o encerramento daquele serviço viria a agravar. -----

. A obtenção de consultas e assistência médica é difícil e morosa, também para muitos utentes daquele serviço, o que deveria levar ao reforço de recursos e não ao encerramento do serviço, SADU. -----

Com a avaliação destes três pontos a CDU, apresenta uma moção com o seguinte teor.--

**“ A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2007, não concorda e repudia o anunciado encerramento do SADU de Santiago do Cacém.”** -----

A avaliação da AM, após a apresentação desta Moção, foi a seguinte: -----

Aprovada com dezanove votos da CDU e quatro votos do PSD; seis votos contra do PS; um de abstenção do PS; um voto de abstenção do BE. -----

**Declaração de voto apresentada pelo senhor Dr. Arnaldo Frade (PS)**-----

“ Voto contra no pressuposto de que o encerramento do SADU possa significar o reforço da melhoria dos cuidados de saúde às populações através da maior dotação de médicos nas Extensões de Saúde”. -----

**Na A.M., de 20-Abril-2007**-----

Fazendo nesta data, nova avaliação, com as consequências do encerramento do SADU, no Concelho, a CDU, apresentou uma moção reportando as mesmas. -----

O senhor presidente da AM, pôs à discussão a proposta, e vários intervenientes prestaram suas análises. -----

A CDU, propôs a realização de uma Assembleia extraordinária para avaliar a situação dos cuidados de saúde no Concelho. -----

O presidente aceitou a sugestão da parte do PS, da criação de uma comissão para avaliação de cuidados de saúde, informou que tinha intenção de apresentar a proposta da criação de uma comissão, especificamente para avaliar, no prazo de dois meses, os cuidados de saúde no Município. -----

O PSD e BE, subscreveram a realização de AM extraordinária com tema cuidados de saúde. -----

A avaliação da AM após a apresentação desta Moção foi a seguinte: -----

Aprovada com dezoito votos da CDU, três votos do PSD e um voto do BE; seis votos contra do PS. -----

**Declaração de voto apresentada pelo senhor Dr. Arnaldo Frade (PS)**-----

“ Votamos contra, na medida em que preferimos pronunciar-nos sobre o trabalho depois de feito à priori”.-----

**Na A.M., de 29-Junho-2007**-----

Período Aberto ao Publico-----



Foi dada a palavra ao senhor José Ferro, elemento das comissões de utentes, que realizou uma extensa exposição sobre a temática de cuidados de saúde. -----

**Na A.M., de 28-Setembro-2007** -----

Fazendo nesta data, a CDU, desenvolve nova avaliação com as consequências pelo trabalho precário do pessoal de saúde. -----

Os deputados da C.D.U., analisando o desenvolvimento da tentativa de ausência de renovação dos contratos com o pessoal técnico de saúde e outros, no Hospital do Litoral Alentejano e Centro de Saúde de Santiago do Cacém e suas extensões, tiram as seguintes conclusões: -----

. Pelas dificuldades psicológicas a que os referidos profissionais estão a ser submetidos põe em causa a satisfação total dos utentes dos serviços em epígrafe. -----

. Iguamente a ausência da renovação dos contratos já referidos leva a diminuição dos efectivos clínicos, pondo em causa a possibilidade de continuidade de alguns serviços e a diminuição quantitativa de outros, colocando-se de novo a impossibilidade ou dificuldade em obter serviços de cuidado de saúde em tempo útil. -----

Os parágrafos anteriores traduzem a nossa preocupação quanto ao agravamento dos serviços de cuidados primários. -----

Convém lembrar, que as populações do concelho de Santiago do Cacém, já se manifestaram publicamente, do estado deslizando do agravamento dos serviços de cuidado de saúde. -----

Convém ainda lembrar o deficit de médicos de família, as acessibilidades e ainda em contencioso político, a maternidade que, como é do conhecimento de todos, pois foi promessa da senhora ex-Ministra Dra. Manuela Arcanjo e de outros governantes que assumiram, publicamente, compromissos no sentido da sua concretização. -----

Pelo exposto, os deputados da C.D.U., põem à votação desta Assembleia Municipal, o seguinte teor da Moção. -----

**“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária em 28 de Setembro de 2007, repudiam a descontinuidade dos contratos do pessoal técnico de saúde, assim como a política de trabalho precário a que estes profissionais estão submetidos.** -----

**Sem trabalhadores em satisfação total na realização das suas funções no seu trabalho, dificilmente também os serviços prestados nos utentes são satisfação total.”** -----

**Nota Importante – o senhor presidente da AM pôs à discussão, ninguém usou da palavra.** -----

A avaliação da AM após a apresentação desta Moção foi a seguinte: -----

Aprovada com dezoito votos da CDU, um voto do PSD e um voto do BE; seis votos de abstenção do PS. -----

Declaração de voto apresentada pelo senhor Alexandre Rosa, em representação do grupo Municipal do PS. -----

“ Abstemo-nos porque embora solidários com as pessoas abrangidas com esta situação, não dispomos, contrariamente ao que se passa com a bancada da CDU, de informação bastante para podermos a avaliar, em consciência, a situação que se nos coloca”. -----

Período Aberto ao Público -----

Foi dada a palavra aos senhores Dinis Silva, José Ferro e D. Sílvia Joaquim, elemento das comissões de utentes, que realizou uma extensa exposição sobre a temática de cuidados de saúde. -----

**Moção aprovada por maioria com os votos de:** -----

CDU – BE – PSD -----

**Abstensão de:**-----  
PS-----

**Na A.M., de 29-0-Fevereiro-2008**-----

Foi agendada para esta Assembleia um ponto na ordem de trabalhos sobre Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém.-----

Período Aberto ao Publico-----

Foi dada a palavra ao senhor Dinis Silva, elemento da Comissão de Utentes de Serviços de Saúde, que informou da actividade da referida comissão.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, fez uma extensa exposição, sobre variados assuntos acerca das condições gerais que atingem o HLA.-----

Foi deliberada a reactivação da Comissão de Saúde constituída na AM, continuando a ter o senhor Vitor Paulo como coordenador; foi aprovada por unanimidade.-----

**Na A.M., de 20-Junho-2008**-----

Foi agendada para esta Assembleia um ponto na ordem de trabalhos sobre Cuidados de saúde no Município de Santiago do Cacém.-----

Período Aberto ao Publico-----

Foi dada a palavra ao senhor José Ferro, elemento da Comissão de Utentes de saúde, que informou da actividade da referida comissão.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, fez de novo uma extensa exposição, sobre variados assuntos acerca das condições gerais que atingem o HLA.-----

**Na A.M., de 26-Setembro-2008**-----

O senhor Francisco Roque (BE), em representação da Comissão de Saúde da AM, informou a AM da actividade da Comissão.-----

**Na A.M., de 27-Fevereiro-2009**-----

Nesta data, de novo a CDU, desenvolve nova avaliação com mais incidência nos Serviços de Urgências, que sustentou um debate sobre os assuntos envolvidos e suas consequências.-----

. Foi decidido a convocação de uma AM extraordinária.-----

.O senhor Presidente da AM, solicitou à Comissão de Saúde nova reunião para avaliação última de elementos, para decisões.-----

**Na A.M., de 30-Abril-2009**-----

Foi agendada, de novo, para esta Assembleia um ponto na ordem de trabalhos sobre Cuidados de saúde no Município de Santiago do Cacém.-----

Nesta data, de novo a CDU, desenvolve nova avaliação com mais incidência nos Serviços de urgências, que sustentou debate sobre os assuntos envolvidos e suas consequências.-----

Reforçou a posição da AM extraordinária, com participação dos agentes de saúde intervenientes.-----

**Na A.M., de 10-Julho-2009**-----

Nesta data, os deputados da CDU, desenvolvem nova avaliação sobre os temas que continuam a ser objecto de esquecimento de quem de direito deveria assumir, como compromisso de honra a resolução dos mesmos, a saber:-----

Convêm ainda lembrar o deficit de médicos e enfermeiros, existentes no SNS na generalidade no Pais e particular no Alentejo Litoral.-----

▪ Embora a carência de médicos no HLA, tenha vindo a ser atenuada, outros serviços de cuidados de saúde sentem ausência de médicos.-----

▪ Em relação aos enfermeiros a carência é de 20.000 no SNS, estudos a que tivemos acesso de 2007, como seria de esperar o HLA, sofre também com este deficit.-----

▪ Os deputados da C.D.U., também têm apreensões pela sua análise no desenvolvido da tentativa de ausência da renovação dos contratos com o pessoal técnico de saúde e outros leva a diminuição dos efectivos clínicos, pondo em causa a possibilidade de continuidade de alguns serviços e a diminuição quantitativa de outros, no HLA colocando-se de novo a impossibilidade ou dificuldade em obter serviços de cuidado de saúde em tempo útil. -----

▪ Pela pressão psicológica a que os referidos profissionais estão a ser submetidos, reconhecemos que a estabilidade emocional nos profissionais, poderá ser abalada, embora remotamente, traduzir-se em diminuição de eficiência. -----

➤ Continua pendente, ainda em contencioso político, a maternidade que, como é do conhecimento de todos, pois foi promessa da senhora ex-Ministra Dra. Manuela Arcanjo e de outros governantes que assumiram, publicamente compromissos no sentido da sua concretização. -----

O espaço referido pela Senhora Ministra, existente nas instalações do HLA por utilizar, destina-se a alojar os serviços inerentes ao funcionamento das respectivas valências. ----

▪ A hipocrisia é tão grande que o poder local chegou a ser informado da conclusão do projecto funcional. -----

▪ Seguiu-se uma novela com vários capítulos a fim de convencerem a população do Alentejo Litoral da inviabilidade da maternidade. -----

▪ Foi apresentado como justificação para não desenvolver a maternidade, o facto de o número de partos prováveis ser cerca 750 anuais, justificação era a **segurança das parturientes**. Baseadas na justificação anterior algumas maternidades com realização de partos inferior a 1.500 anuais do Serviço Público foram encerradas. -----

▪ Continua por explicar, como não se põe a mesma justificação, segurança das parturientes, para os 25 serviços de maternidades privadas. -----

▪ Dados recolhidos pela CDU, referentes ao ano 2007, sobre as apontadas maternidades foram: -----

- Apenas duas maternidades faziam partos acima de 1.500 anuais. -----

- Apenas seis maternidades faziam mais de um parto por dia. -----

- Restantes maternidades, de número 17, realizam menos que um parto por dia. -----

▪ Foi definido, ser possível licenciar maternidades com pelo menos três partos por semana, equivalente a 157 partos anuais. -----

➤ Continua ainda pendente: as acessibilidades rodoviárias; embora seja uma questão externa à funcionalidade do HLA, é também um projecto adiado e prometido. -----

➤ A última preocupação dos eleitos da CDU, prende-se por um lapso de gestão não calculado, com o fecho do SADU, que trouxe uma sobrecarga de utentes aos serviços de urgência. Este serviço, aos olhos vistos não dispõe de espaço para receber o elevado número de doentes que o procuram, nem tão pouco pode instalar mais profissionais de saúde e respectivo equipamento Convém recordar que a população, comissões de utentes e poder local fizeram sentir nessa data a eventual dificuldade em relação ao HLA, sendo argumentado que com o encerramento do SADU, ficariam livres profissionais de saúde para o Centro de Saúde, este jogo de dificuldade levou a AM a aprovar por unanimidade a reactivação da Comissão já referenciada. -----

**Pelo exposto, os deputados da C.D.U., põem à votação desta Assembleia Municipal, o seguinte teor da Moção.** -----

**“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão extraordinária em 10 de Julho de 2009,** -----

**A.M., encontrar-se-á disponível para dialogar, em parceria com os agentes sociais envolvidos nesta temática.** -----

**Repudiam a descontinuidade dos contratos do pessoal técnico de saúde, assim como a política de trabalho precário a que estes profissionais estão submetidos. ----**  
**Repudiam a ausência da vontade política em retomar o dossier maternidade. -----**  
**Repudiam a situação de ainda pendente as acessibilidades rodoviárias, como um projecto adiado e prometido.-----**  
**Repudiam a ausência de vontade política e incompetência para acto do encerramento do SADU, sem um plano transitório para avaliação das consequências”.** -----

Aprovada esta Moção será enviada a:-----

-Senhora Governadora do Distrito de Setúbal. -----

-Sua Excelência o Senhor Presidente da Republica-----

-Senhor 1º Ministro -----

-Senhor Ministro da Saúde -----

-Aos Órgãos da Comunicação Social, Nacionais, Regionais e Local.-----

Santiago do Cacém, 10 de Julho de 2009 -----

Os eleitos da CDU.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção inclusa na intervenção do senhor Saraiva de Carvalho, para discussão.-----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por agradecer aos convidados presentes as informações prestadas, as quais, na sua opinião, permitiram um conhecimento mais vasto da situação dos cuidados de saúde no Município.-----

Mais referiu que o encerramento do SADU não resolveu todos os problemas, mas permitiu um aumento de cento e quarenta e quatro horas de prestação de cuidados nas extensões de Saúde.-----

Referiu também ter registado com agrado e satisfação a nota do senhor Presidente da Câmara Municipal na qual reconheceu que a situação tem vindo a melhorar desde dois mil e sete.-----

Acrescentou que existem muitos problemas no Município para resolver, não só o problema da Saúde, um dos quais tem a ver com a interioridade e a dificuldade de captação de recursos humanos que resulta desse factor, considerando que se trata de um problema político, porque não estava em causa a capacidade da região, mas a necessidade de a tornar mais atractiva.-----

Referiu também que todos ficariam a ganhar se fosse encontrado um equilíbrio entre as questões técnicas e políticas, considerando que os contributos dados foram importantes para esse encontro de posições. Acrescentou que o que ressaltava também daquela discussão era que todos teriam algo a fazer neste e noutros sectores de actividade. -----

Sobre o problema do transporte, na área de saúde, em concreto, considerou que não ficaria mal às autarquias ajudar na deslocação das pessoas. -----

Sobre a Moção, referiu que, depois de uma sessão que considerava muito positiva, gostaria que o texto proposto não fosse só de repúdio, pelo que, o Grupo Municipal do PS, iria votar contra. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que a preocupação fundamental era a de garantir cuidados de saúde universais, o que passaria por uma politica diferente daquela que tem sido praticada. -----

Relativamente aos transportes, considerou que eram da responsabilidade do poder local, mas também de outros órgãos de soberania. -----

Considerou ainda que era muito importante a intervenção prevista para alteração estrutural das Urgências do HLA, a qual deveria ser concretizada no mais curto espaço de tempo possível, tendo em conta o surto gripal que se avizinha. -----  
Considerou também positiva a realização da sessão da Assembleia para discussão do tema em debate e a disponibilidade dos convidados, lamentando que o tempo não tenha sido suficiente para uma abordagem mais profunda das situações. -----  
Relativamente à Moção, considerou que o seu conteúdo invertia algo que tinha sido constatado no relatório da Comissão de Saúde. -----  
O senhor Jorge Pinela referiu ter registado com algum agrado o anúncio das obras nas Urgências do HLA, mas considerou que as mesmas deveriam ter sido realizadas antes do encerramento do SADU. -----  
Referiu ainda que houve melhorias nos últimos anos e que o HLA era parte integrante das mesmas, contribuindo para o seu impulso, apesar de persistirem os problemas relativos ao projecto daquele Hospital e de acesso ao mesmo. -----  
Mais referiu que a argumentação com base em economias de escala utilizada no sector privado não deveria ser usada para o sector público, acrescentando que são sempre as localidades mais pequenas que ficam a perder. -----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com catorze votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Alexandre Barradas, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, José Joaquim Catalino dos Santos, Mónica Aguiar, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias e Fernando Gonçalves dos Santos. Doze votos contra, sendo oito dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias Nuno Alexandre Braz, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela. -----  
Uma abstenção do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----

#### **VOTOS DE PESAR**-----

Foram aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do senhor Francisco Augusto Rodrigues e do senhor Jorge Manuel Campos do Carmo, ambos eleitos na Assembleia Municipal, nos mandatos de 1990-93 e 1998-2001, respectivamente.-----  
A Assembleia guardou um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----  
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----  
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----  
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram zero horas e trinta minutos, do dia onze de Julho de dois mil e nove. -----

-----  
Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

---

---